



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**OFÍCIO Nº 13/2024 - DELIC-PROAD/PROAD/GAB/RE/IFAP**

**26 de agosto de 2024**

Ao Senhor

**HERACLITO MENDES DA COSTA JUNIOR**

Diretor de Fiscalização e Registro - CRA/AP

Macapá – AP

**Assunto: Resposta ao Ofício nº 321/2024/CRA-AP, cujo objeto é a impugnação ao edital licitatório de vigilância patrimonial armada do IFAP**

**RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**

Edital Pregão Eletrônico nº 90013/2024 - Vigilância Patrimonial Armada

Processo nº: 23228.001364.2024-23

**1. DO RELATÓRIO**

1.1. Manifesta-se neste ofício o Pregoeiro do certame, que realizou análise do pedido de IMPUGNAÇÃO formulado em detrimento do edital de licitação nº 90013/2024, que possui como objeto o registro de preços para contratação de serviço terceirizado de vigilância patrimonial armada, mediante registro de preços.

1.2. A autarquia impugnante ingressou com pedido de forma tempestiva no dia 26/08/2024. Assim, o Conselho Regional de Administração do Amapá - CRA/AP apresentou pedido para retificação do edital com o objetivo de incluir cláusula que exija comprovação pela empresa participante de registro junto ao órgão profissional competente, no caso o CRA-AP, além de comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, sendo estas também averbadas pelo CRA-AP, para tais alegações apresentou suas razões, conforme Ofício nº 321/2024/CRA-AP.

1.3. É o relatório.

**2. DOS FUNDAMENTOS DE RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

2.1. Esta comissão de agentes da contratação, liderada pelo pregoeiro designado para o certame emite a seguinte manifestação:

Em primeiro momento, podemos informar que é válida a utilização pelo Conselho Regional de Administração - CRA do entendimento exarado pelo órgão hierarquicamente superior ao próprio conselho, qual seja, o Conselho Federal de Administração, que por sua vez editou o acórdão 03/2011 - Plenário, que trouxe o entendimento de que é obrigatório o registro no respectivo conselho, quando empresas prestadoras de serviços terceirizados, pratiquem atividades de recrutamento, seleção, treinamento e demais atividades de administração de pessoal, tais como: limpeza, vigilância, telefonia entre outros. O CFA utilizou como parâmetro o art. 15 da Lei nº 4.769/65 e 1º da Lei 6.839/80.

Contudo, é forçoso asseverar que este não é o entendimento hoje pacificado nos tribunais superiores e demais órgãos jurisdicionais, de modo que conforme a interpretação e análise jurídica destes órgãos, o núcleo legal que deve ser observado neste objeto, é quanto a atividade básica e ou atividade principal exercida pela pessoa jurídica que está sendo contratada pela licitação, utilizando para tanto, a interpretação do próprio art. 1º da Lei 6.839/80, cujo texto inclusive foi referenciado pelo próprio impugnante quando trouxe o entendimento do TCU (Acórdão 2615/2021), vejamos:

TCU 2615/2021: "(...) eis que a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica, **deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação**, conforme previsto no art.1o da Lei 6.839/1980 c/c o art.58, inciso II, da Lei 13.303/2016" (grifos acrescidos)

Lei 6.839/80 - Art. 1º *O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros* (grifos acrescidos)

Desta forma, com intuito de corroborar e esclarecer aonde recai a interpretação jurisprudencial atual, trazemos o entendimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que por meio de decisão consubstanciada na Apelação Cível 87893 RS1998.04.01.087893-5, asseverou que, “*as empresas de limpeza e conservação não estão sujeitas à inscrição nos conselhos de administração e engenharia, pois sua atividade básica não exige a presença de profissionais de administração e engenharia em sua atividade básica*” (sem grifos no original).

Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, também firmou entendimento neste mesmo sentido, por meio do REsp 932.978/SC, segundo o qual o registro de empresas no CRA somente será obrigatório “em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, e não em relação a atividades secundárias” (sem grifos no original).

Ou seja, a administração deve considerar a atividade preponderante a ser licitada, em outras palavras, a atividade que o ente busca tercerizar. Ainda quanto ao STJ, apresentamos outra decisão no mesmo sentido, mais com outro ramo de atividade, que se aplica ao caso atual por analogia, vejamos:

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EMPRESA DE FACTORING. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. COMPRA DE ATIVOS OU DIREITOS CREDITÓRIOS DECORRENTES DE VENDAS MERCANTIS A PRAZO. 1. A obrigatoriedade da inscrição das empresas em determinado Conselho profissional, é ditada pela “atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros” independentemente do profissional que devam contratar para a realização da tarefa. (...) 3. As empresas que desempenham atividades relacionadas ao factoring estão dispensadas da obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Administração, porquanto comercializam títulos de crédito.*

Dando continuidade, o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão 2.308/07 – Plenário, já esclareceu ser: “inexigível em edital de licitação o registro de empresa prestadora de serviços **de vigilância e de portaria em Conselho Regional de Administração**”.

2.2 Outro argumento pleiteado pelo impugnante, é no sentido de que os serviços objetos da licitação em tela, por envolverem atividades de administração e seleção de pessoal com locação de mão de obra, se enquadram como atribuições específicas do campo do administrador. Ora, as atribuições relativas a esta função de gestão de pessoal é sim considerada como contida entre as atribuições de um administrador, contudo, é evidente que esta não é a atividade principal, atividade núcleo a qual recai o interesse da administração, sendo esta no momento sendo licitada. Na verdade, entende-se que, se há algum profissional da licitante que deveria ser registrado no CRA, este seria o responsável pelo setor de seleção e recrutamento dos funcionários da empresa. No entanto, fazer tal exigência no edital poderia ser considerado como ingerência da administração na esfera do próprio particular. De modo que a atividade principal e que neste momento é o interesse da administração, é justamente quanto ao serviço de vigilância.

Diferente seria a situação na qual o ente público decidisse contratar, por exemplo, uma empresa especializada em recrutar estagiários para trabalhar nas dependências do próprio ente. De modo que o objeto do ajuste, em função da sua própria natureza, exigiria *expertise* em administração de recursos humanos e em gestão de pessoas, já que a eventual contratada seria responsável pela seleção dos estagiários. Nesse caso, restaria claramente caracterizada a necessidade de que a empresa estivesse inscrita na entidade profissional competente e que o responsável pela prestação do serviço detivesse as referidas competências, que, por sua vez, se enquadrariam no campo de atuação do administrador, tornando, assim, plausível a exigência de atestado devidamente registrado no CRA. Não é este o caso.

2.3. Desta forma, considerando que se trata de pedido que resultaria em incluir condições que causariam maior restrição de competitividade ao certame, e que somente em razão de exigência legalmente expressa é que se deve impor tal condição, não sendo isto de interesse da administração. Considerando também que a não exigência do registro não impede que a empresa a ser contratada seja devidamente fiscalizada pelo CRA-AP dentro de suas atribuições constitucionalmente elencadas.

### 3. DA DECISÃO QUANTO À IMPUGNAÇÃO

3.1. Há se de concluir, que os precedentes localizados são pacíficos entre si, de modo que não nos parece factível sustentar ser devida a exigência de registro de empresas junto ao CRA, quando o objeto licitado não guardar relação direta com as atividades abrangidas pela fiscalização do citado Conselho Profissional. Considerando que o objeto cuja contratação se pretende licitar categorizam-se como vigilância patrimonial armada, não é possível exigir o registro dos licitantes junto ao CRA-AP, sem fundamento jurídico irrefutável e sem prejudicar a competitividade do certame, princípio muito almejado pela administração com a vigência da nova lei de licitações.

3.2 Neste prisma, no intuito de assegurar a ampla competitividade do certame sem prejuízo da devida legalidade a que se submete esta administração, DECIDO:

Conhecer da impugnação apresentada por ser tempestiva e ter suas razões e fundamentos apresentados, para no mérito julgá-la

**IMPROCEDENTE**, de forma que não resultará em alteração dos requisitos de habilitação no referido edital.

3.3 Diante destes termos, esta equipe divulgará na íntegra a solicitação recebida, com suas razões apresentadas em cópia do ofício enviado por e-mail, através da página de informações da referida licitação em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/5794-edital-pregao-eletronico-n-90013-2024-srp-contratacao-de-servicos-de-vigilancia-patrimonial-armada>

3.4. Por fim, conforme decisão do item 3.2, o pregoeiro mantém a continuidade do certame.

3.5. É a decisão.

**YURI JORGE QUINTELA COIMBRA**

Pregoeiro

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Yuri Jorge Quintela Coimbra**, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 26/08/2024 18:59:27.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/08/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 99490

Código de Autenticação: 39ec3fcbec



Rodovia BR 210, KM 03, s/n, Brasil Novo, MACAPA / AP, CEP 68.909-398

Fone: None